



Polícia Científica do Estado de Santa Catarina (PCISC)

CONCURSO PÚBLICO

Edital 001/2025



TERMO DE RETIFICAÇÃO Nº 1

A Perita-Geral da Polícia Científica do Estado de Santa Catarina (PCISC), torna público o Termo de Retificação nº 1 do Edital do Concurso Público, destinado ao provimento de vagas no quadro de pessoal da Polícia Científica do Estado de Santa Catarina (PCISC).

- Alteram-se** os requisitos das áreas Ambiental, Áudio e Imagem, Ciências Aeronáuticas, Ciências Biológicas, Engenharia Civil, Informática, Mecânica/Mecatrônica/Materiais e Química da Tabela 4.4, conforme indicado a seguir:

Tabela 4.4 Demais áreas de Perito Oficial Criminal

Lotação: Estadualizada, definida conforme art. 32 da Lei nº 15.156, de 11 de maio de 2010.

Área	Requisitos	Vagas	Vagas PCD	Passam para o TAF
Ambiental	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Ciências Ambientais , Ciências Biológicas, Engenharia Agrícola , Engenharia Agrônômica, Engenharia Ambiental e/ou Sanitária, Engenharia Cartográfica, Engenharia Florestal, Geografia , Meteorologia, Oceanografia ou Química Ambiental .	6	0	60
Áudio e Imagem	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Fonoaudiologia, Engenharia Elétrica, Engenharia de Controle e Automação , Engenharia Eletrônica, Engenharia de Telecomunicações, Física, Engenharia Física, Engenharia Acústica ou Engenharia de Redes de Comunicação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.	2	1	30
Ciências Aeronáuticas	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Ciências Aeronáuticas, Engenharia Aeroespacial ou Engenharia Aeronáutica, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.	1	0	10
Ciências Biológicas	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Bioquímica, Biomedicina, Biotecnologia, Ciências Biológicas, Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia , Engenharia Bioquímica , Engenharia Genética ou Farmácia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.	1	0	10
Ciências Sociais Aplicadas	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas ou Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.	2	0	20
Engenharia Civil	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Engenharia Civil, Engenharia de Produção Civil ou Produção Plena , fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.	3	1	40
Geologia/Minas	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Engenharia de Minas ou Geologia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.	1	0	10

Área	Requisitos	Vagas	Vagas PCD	Passam para o TAF
Informática	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Análise de Sistemas, Ciências da Computação, Ciência de Dados, Computação , Engenharia da Computação, Engenharia de Controle e Automação , Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Mecatrônica, Engenharia de Redes de Comunicação, Engenharia de Software, Estatística, Física, Geofísica, Matemática, Informática, Inteligência Artificial, Processamento de Dados ou Sistemas de Informação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.	7	1	80
Mecânica/ Mecatrônica/ Materiais	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção Mecânica ou Produção Plena , Engenharia de Controle e Automação , Engenharia de Energia , Engenharia Mecatrônica, Engenharia de Materiais, Engenharia Metalúrgica, Engenharia Naval ou Engenharia Automotiva, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.	2	0	20
Medicina Veterinária	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Medicina Veterinária, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.	1	0	10
Odontologia	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Odontologia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.	CR	0	10
Química	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em Engenharia de Alimentos , Engenharia Bioquímica , Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia , Engenharia de Petróleo, Engenharia Química, Química, Química Industrial ou Farmácia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.	1	0	10

Obs.: Conforme previsto no Anexo II da Lei 15.156, de 11 de maio de 2010, atualizada pela Lei 19.602, de 2025, consiste em requisito de investidura no cargo de Perito Oficial Criminal a conclusão de curso superior em área específica, estipulada em edital, em instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), com currículo mínimo de quatro anos.

2. **Reabre-se** o período de solicitação de isenção do valor da taxa de inscrição, alterando o subitem 7.1, que passa a vigorar com a seguinte redação:
 - 7.1 Poderão requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição, no período das 08 horas de **08 de janeiro de 2026**, às 23h59min do dia **9 de janeiro de 2026**, os candidatos beneficiados pelas seguintes leis:

3. **Inclui-se** o item 5 ao **subitem 7.1** do edital, conforme indicado a seguir:
 - 7.1 Poderão requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição, no período das 08 horas de **08 de janeiro de 2026**, às 23h59min do dia **9 de janeiro de 2026**, os candidatos beneficiados pelas seguintes leis:
 1. **Decreto Federal nº 6.593/2008** – candidatos de baixa renda inscritos no CadÚnico;
 2. **Lei Estadual nº 10.567**, de 7 de novembro de 1997, e suas alterações – doadores de sangue, medula óssea e leite humano;
 3. **Lei Estadual nº 17.480**, de 15 de janeiro de 2018 – pessoas com deficiência cuja renda mensal não ultrapasse 2 salários-mínimos;
 4. **Lei Estadual nº 17.998**, de 15 de setembro de 2020 – pessoas que tenham atuado, por no mínimo dois eventos, a serviço da Justiça Eleitoral Catarinense ou do Tribunal do Júri Catarinense, com validade de dois anos a contar da atuação; e
 5. **Lei nº 11.289**, de 27 de dezembro de 1999 – para candidatos com renda inferior a dois salários-mínimos, ou desempregados.

4. **Altera-se o item 2 do subitem 7.2 do edital, conforme indicado a seguir:**

7.2 Para fazer jus à isenção do pagamento o candidato deverá:

1. Assinalar, no Requerimento de Inscrição, a opção PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO; e
2. Fazer o upload no site do Concurso Público, ou entregar na FEPESE, ou no Posto de Atendimento em Florianópolis (SC), até as **23h59min** do dia **9 de janeiro de 2026**, a documentação exigida pela lei que lhe concedeu o benefício.

5. **Altera-se o item 1 do subitem 7.3.2, conforme indicado a seguir:**

1. **Doadores de sangue:** devem ser comprovadas, no mínimo, três doações por meio de documento expedido pela entidade coletora, discriminando o número e a data em que foi realizada a doação, em um período de 12 meses, antecedentes **à data final da solicitação de isenção de pagamento da taxa de inscrição.**

- Declaração de doador emitida pelo HEMOSC ou por hemocentro público estadual, preferencialmente em formato digital, contendo código de validação ou outro meio de autenticação.

6. **Inclui-se o subitem 7.3.5, conforme indicado a seguir:**

Lei Estadual nº 11.289/1999

7.3.5 Para candidatos com renda inferior a dois salários-mínimos, ou desempregados.

1. Comprovante de renda do candidato ou declaração escrita de que se encontra desempregado.
2. Fotocópia da Carteira de Trabalho da Previdência Social (CTPS) – o candidato deverá enviar as folhas de identificação, o último contrato de trabalho e a página posterior ao último contrato de trabalho.

7. **Altera-se o subitem 7.4, conforme indicado a seguir:**

7.4 O deferimento dos pedidos de isenção da taxa de inscrição será publicado no site do Concurso Público, no dia **12 de janeiro de 2026**, cabendo recurso do indeferimento, que deve ser interposto nos prazos e de acordo com as normas do presente Edital.

8. **Alteram-se as datas do exame de Avaliação da Aptidão Psicológica Vocacionada, subitem 13.1 do edital, conforme indicado a seguir:**

13.1 O exame de Avaliação da Aptidão Psicológica Vocacionada, de caráter eliminatório, será aplicado na data provável de **02 e 03 de maio de 2026**, na cidade de Florianópolis (SC), em locais e horários que serão informados no Edital de Convocação, a ser publicado na data provável de **14 de abril de 2026** no site do Concurso Público, para os candidatos aprovados no Teste de Avaliação Física.

9. **Altera-se a data do subitem 13.16 do edital, conforme indicado a seguir:**

13.16 O resultado preliminar dos exames de Avaliação da Aptidão Psicológica Vocacionada com a relação dos candidatos considerados APTOS, em cumprimento ao Artigo 6º da Resolução CFP 08/2025, será publicado no site do Concurso Público na data provável de **22 de maio de 2026**.

10. Alteram-se as datas do subitem 13.22 do edital, conforme indicado a seguir:

13.22 O agendamento das entrevistas devolutivas estará disponível no site do Concurso Público, das **8h do dia 25 de maio de 2026**, às **16h do dia 26 de maio de 2026**.

11. Alteram-se as datas do subitem 13.24 do edital, conforme indicado a seguir:

13.24 As entrevistas serão realizadas nas datas prováveis de **30 de maio de 2026** a **31 de maio de 2026**.

12. Alteram-se as datas do subitem 13.26 do edital, conforme indicado a seguir:

13.26 O candidato que desejar requerer o seu documento (atestado) resultante da avaliação, após o período de realização da entrevista devolutiva, poderá fazê-lo formalmente junto à FEPESE, conforme preconiza o artigo 18 da Resolução CFP 08/2025, das **8h do dia 25 de maio de 2026**, às **16h do dia 26 de maio de 2026**.

13. Em face das alterações apresentadas nesse Termo de Retificação nº 1, assegura-se aos candidatos inscritos até o dia 7 de janeiro de 2026, a possibilidade de requerer a desistência de participação e a devolução do valor da taxa de inscrição. Para tanto deverão, o candidato deverá proceder da seguinte forma:

1. Acessar o endereço eletrônico do certame – <https://2025pciperito.fepese.org.br/>– no período entre 8 horas do dia **12 de janeiro de 2026** e 17 horas do dia **19 de janeiro de 2026**;
2. Clicar em “Requerimento de devolução do valor da taxa de inscrição”, realizar o login e preencher os dados solicitados, informando, obrigatoriamente:
 - Nome completo do candidato (sem abreviações);
 - CPF do candidato;
 - Endereço completo candidato;
 - Endereço de e-mail para contato;
 - Telefone para contato;
 - Anexar o comprovante de pagamento da taxa de inscrição.

DISPOSIÇÕES GERAIS

A devolução da taxa de inscrição será de competência da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, mediante análise prévia da PCISC. Caberá ao candidato, após a publicação do resultado dos recursos relativos aos pedidos de devolução, encaminhar solicitação ao e-mail concursos@policiacientifica.sc.gov.br informando o motivo da desistência, relacionado às retificações do edital, que poderá ensejar a restituição integral dos valores, após abertura de processo administrativo específico, ou a restituição padrão de tributos, realizada conforme instruções contidas em <https://www.sef.sc.gov.br/servicos/solicitar-restituicao-de-tributos-estaduais>, sobre a qual incide a cobrança da Taxa de Ato da Administração em Geral no valor de R\$ 13,22.

14. **Altera-se o ANEXO 1 CRONOGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO**, que passa a ser o constante no ANEXO 1 do presente Termo de Retificação.
15. **Altera-se o ANEXO 2 PROGRAMAS DAS PROVAS**, referente às áreas Ciências Sociais Aplicadas e Medicina Veterinária conforme indicado a seguir:

Ciências Sociais Aplicadas

1 Contabilidade Geral: 1.1 Teoria contábil; 1.2 Estrutura conceitual para relatórios financeiros; 1.3 Documentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); CPC 00 (Estrutura Conceitual), CPC 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos - *Impairment*), CPC 16 (Estoques), CPC 18 (Investimento em Coligada/Controlada), CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), CPC 27 (Ativo Imobilizado), CPC 36 (Demonstrações Consolidadas) e CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente); 1.4 Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.658/2024; 1.5 Normas do CFC: NBC TP 01 – Perícia Contábil; NBC PP 01 – Perito Contábil; NBC TA 240 – Responsabilidade do Auditor em Relação à Fraude; NBC TA 500 – Evidência de Auditoria e NBC TSP (Série) – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público. **2 Contabilidade Comercial:** 2.1 Operações com mercadorias; 2.2 Estoques; 2.3 Impostos sobre compras e vendas; 2.4 Provisão para devedores duvidosos; 2.5 Folha de pagamento; 2.6 Operações comerciais e bancárias. **3 Contabilidade Avançada:** 3.1 Investimentos; 3.2 Reavaliação de ativos; 3.3 Transações entre partes relacionadas; 3.4 Consolidação de demonstrações financeiras; 3.5 Matriz e filial; 3.6 Concentração e extinção de sociedades; 3.7 Combinação de negócios. **4 Combate à Lavagem de Dinheiro:** 4.1 Resolução CVM nº 50/2021 e alterações. **5 Custos:** 5.1 Conceitos e classificações; 5.2 Custos para controle; 5.3 Sistemas de custos; 5.4 Custos para decisão. **6 Análise das Demonstrações Contábeis:** 6.1 Análise horizontal e vertical; 6.2 Estudo do capital de giro e do capital circulante líquido; 6.3 Alavancagem financeira e operacional. **7 Licitações e Contratos Administrativos:** 7.1 Modalidades, dispensa e inexigibilidade; 7.2 Pregão presencial e eletrônico; 7.3 Contratos administrativos; 7.4 Conluio entre licitantes (cartel em licitação); 7.5 Restrição à concorrência; 7.6 Superfaturamento e sobrepreço; 7.7 Simulação de concorrência (empresa de fachada); 7.8 Fraude na execução do contrato; 7.9 Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020. **8 Direito Penal Aplicado às Finanças Públicas:** 8.1 Crimes contra a previdência social; 8.2 Crimes contra as finanças públicas; 8.3 Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional; 8.4 Crimes contra o mercado de capitais; 8.5 Crimes contra a ordem tributária; 8.6 Crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores; 8.7 Crimes de fraude a credores em processos de recuperação judicial, extrajudicial e falência. **9 Sistema Financeiro Nacional:** 9.1 Estrutura; 9.2 Funções; 9.3 Órgãos reguladores; 9.4 Espécies de instituições. **10 Mercado de Capitais:** 10.1 Agentes de mercado e estrutura de negociação; 10.2 Valores mobiliários e sua regulamentação; 10.3 Registros e credenciamentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); 10.4 Operações de mercado: primário, secundário e swaps. **11 Matemática Financeira:** 11.1 Juros simples e compostos; 11.2 Taxas de juros e equivalências; 11.3 Rendas uniformes e variáveis; 11.4 Planos de amortização de empréstimos e financiamentos; 11.5 Cálculo financeiro para operações bancárias. **12 Orçamento Público:** 12.1 Orçamento público no Brasil; 12.2 O ciclo orçamentário; 12.3 Orçamento-programa; 12.4 Planejamento no orçamento-programa; 12.5 Orçamento na Constituição Federal; 12.6 Conceituação e classificação de receita pública; 12.7 Classificação orçamentária da receita pública por categoria econômica no Brasil; 12.8 Classificação dos gastos públicos; 12.9 Tipos de créditos orçamentários; 12.10 Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101/2000 e alterações).

Medicina Veterinária

1 ANATOMIA, FISIOLOGIA E PATOLOGIA Animais domésticos e silvestres, determinação de sexo e estimativa de idade de animais, noções de patologia forense animal, necropsia forense veterinária: exames externo e interno do cadáver, princípios e técnicas de necropsia forense, noções de histopatologia, técnicas de necropsia e exames de laboratório necessários na determinação de causa mortis, instrumental e material necessários à execução de necropsias, técnicas de colheita e envio de material para exames histopatológico, citológico, microbiológico, genético e toxicológico. **2 SANIDADE ANIMAL** Diagnóstico, prevenção e controle de doenças, doenças de notificação obrigatória protocolos para diagnóstico de bem-estar animal como auxílio na perícia de casos de crueldade, abuso e maus-tratos contra animais, traumatologia forense: tipos de lesões e respectivos instrumentos causadores, lesões produzidas por projéteis de arma de fogo, por explosões, pela ação do calor, frio, radiação, eletricidade, pressão atmosférica, diagnóstico diferencial entre fraturas patológicas, traumáticas e de estresse, diferenciação de fraturas ante mortem, peri mortem e post mortem, asfixiologia forense: enforcamento, estrangulamento, esganadura, sufocação, afogamento, soterramento e confinamento, abuso sexual de animais, zoofilia, teoria do elo, diferenciação entre lesões acidentais e não acidentais, toxicologia forense: alimentos, medicamentos, venenos, seus modos de ação, metabolismo, eliminação, sinais clínicos gerados. **3 TANATOLOGIA FORENSE** Conceito e diagnóstico da morte, diferenciação entre morte natural, morte violenta, abate, sacrifício, eutanásia, inumação, exumação, cremação, marcha da decomposição cadavérica: fenômenos cadavéricos abióticos e transformativos, lesões ante mortem, peri mortem e post mortem, mortes súbita e agônica, métodos de estimativa do IPM: cronotanatognose, entomologia forense. **4 CONHECIMENTOS BÁSICOS DE EPIDEMIOLOGIA** Análise de risco, bioestatística, doenças infecciosas e parasitárias, zoonoses. **5 MÉTODOS DE AMOSTRAGEM E ANÁLISE** Produtos de origem animal, produtos para alimentação animal, técnicas de coleta de amostras em animais vivos. **6 ENTOMOLOGIA FORENSE** Biologia e ecologia de insetos de importância forense, métodos para conservação e coleta de insetos oriundos do campo e em outros meios/instrumentos, manutenção de insetos em laboratório, técnicas e metodologias usadas para identificar insetos de importância forense, modelos e métodos para estimativa do intervalo pós-morte, princípios básicos de perícia com foco em insetos que vivem e se alimentam da matéria orgânica de origem animal em decomposição. **7 ECOLOGIA** Ecologia de populações e comunidades, ecologia de paisagens, biomas e ecossistemas brasileiros, fatores ecológicos, zoologia, código internacional de taxonomia zoológica, identificação e classificação taxonômica da fauna silvestre brasileira, principais métodos de identificação animal: zoologia clássica, zoomorfologia forense, genética forense. anatomia comparada de animais domésticos e silvestres (equídeos, bovídeos, canídeos, felídeos, passeriformes e psitacídeos), manejo da fauna silvestre brasileira in situ e ex situ, técnicas de coleta e de preparo de material zoológico. **8 LEGISLAÇÃO CORRELATA** Lei no 9.605/1998 (Sanções Penais e Administrativas Derivadas de Condutas e Atividades Lesivas ao Meio Ambiente), Lei no 5.197/1967 (Proteção à Fauna), Lei no 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza).

Florianópolis (SC), 07 de janeiro de 2026.





Andressa Boer Fronza

Perita Geral da Polícia Científica do Estado de Santa Catarina (PCISC)

ANEXO 1 CRONOGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO




















O Cronograma de Atividades do Concurso Público poderá ser alterado por necessidade de ordem técnica e/ou operacional. A alteração poderá ser feita sem aviso prévio, bastando, para todos os efeitos legais, a sua comunicação no site do Concurso Público em (<https://2025pciperito.fepese.org.br>).

Cronograma de Desistência e Devolução da Taxa de Inscrição*









Evento / Datas Prováveis	Início	Fim
 Pedidos de desistência e devolução da taxa de inscrição	12/01/26	19/01/26
 Publicação dos resultados dos pedidos de desistência e devolução da taxa de inscrição		26/01/26
 Prazo Recursal: indeferimento dos pedidos de desistência e devolução da taxa de inscrição	27/01/26	28/01/26
 Publicação das respostas ao recurso: indeferimento dos pedidos de desistência e devolução da taxa de inscrição		04/02/26

* A devolução da taxa de inscrição será de competência da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina. Caberá ao candidato, após a publicação do resultado dos recursos relacionados indeferimento dos pedidos de desistência e devolução da taxa de inscrição, solicitar a restituição da taxa por meio do endereço eletrônico <https://www.sef.sc.gov.br/servicos/solicitar-restituicao-de-tributos-estaduais>, mediante o correto preenchimento de todos os campos disponíveis e a observância das normas e dos pré-requisitos estabelecidos.

Cronograma de Inscrições

Evento / Datas Prováveis	Início	Fim
 Publicação do Edital		30/12/25
 Prazo para impugnação do edital	19/12/25	29/12/25
 Publicação das respostas aos requerimentos de impugnação do edital		06/01/26
 Período de inscrições	19/12/25	19/01/26
 Reabertura dos Pedidos de isenção da taxa de inscrição	08/01/26	09/01/26
 Pedidos de condições especiais para prestação de prova	19/12/25	19/01/26
 Entrega de documentos exigidos: Vagas Reservadas PCD (Pessoas com Deficiência)	19/12/25	19/01/26
 Publicação dos resultados dos pedidos de isenção da taxa de inscrição		12/01/26
 Prazo Recursal: indeferimento dos pedidos de isenção	13/01/26	14/01/26
 Publicação das respostas aos recursos: indeferimento dos pedidos de isenção		16/01/26
 Homologação das inscrições		03/02/26
 Prazo Recursal: homologação das inscrições	04/02/26	05/02/26
 Publicação das respostas aos recursos: homologação das inscrições		11/02/26
 Publicação dos resultados dos pedidos de condições especiais para prestação de prova		03/02/26
 Prazo Recursal: indeferimento dos pedidos de condições especiais	04/02/26	05/02/26
 Publicação das respostas aos recursos: indeferimento dos pedidos de condições especiais		11/02/26
 Publicação dos resultados dos pedidos de vagas reservadas PCD		03/02/26
 Prazo Recursal: indeferimento dos pedidos de vagas reservadas PCD	04/02/26	05/02/26
 Publicação das respostas aos recursos: indeferimento dos pedidos de vagas reservadas PCD		11/02/26












Cronograma Prova Objetiva

Evento / Datas Prováveis	Início	Fim
 Publicação dos locais de prova		18/02/26
 Prova escrita		22/02/26
 Publicação do caderno de provas e gabarito preliminar		22/02/26
 Prazo Recursal: gabarito preliminar	23/02/26	24/02/26
 Publicação das respostas aos recursos: gabarito preliminar		03/03/26
 Publicação do resultado da Prova Objetiva		04/03/26
 Prazo Recursal: resultado da Prova Objetiva	05/03/26	06/03/26
 Publicação das respostas aos recursos: resultado da Prova Objetiva		12/03/26

Cronograma Teste de Aptidão Física

Evento / Datas Prováveis	Início	Fim
 Convocação para o Teste de Aptidão Física		13/03/26
 Prazo Recursal: convocação para o Teste de Aptidão Física	16/03/26	17/03/26
 Publicação das respostas aos recursos: convocação para o Teste de Aptidão Física		24/03/26
 Teste de Aptidão Física	28/03/26	29/03/26
 Publicação do resultado (preliminar) do Teste de Aptidão Física		02/04/26
 Prazo Recursal: resultado do Teste de Aptidão Física	06/04/26	07/04/26
 Publicação das respostas aos recursos do resultado do Teste de Aptidão Física		13/04/26








Cronograma da Avaliação da Aptidão Psicológica Vocacionada

Evento / Datas Prováveis	Início	Fim
 Convocação para a Avaliação da Aptidão Psicológica Vocacionada		14/04/26
 Prazo Recursal: convocação para a Avaliação da Aptidão Psicológica Vocacionada	15/04/26	16/04/26
 Publicação das respostas aos recursos: convocação para a Avaliação da Aptidão Psicológica Vocacionada		22/04/26
 Avaliação Psicológica	02/05/26	03/05/26
 Publicação do resultado (preliminar) da Avaliação da Aptidão Psicológica Vocacionada		22/05/26
 Pedidos do laudo de não apto na Avaliação da Aptidão Psicológica Vocacionada	25/05/26	26/05/26
 Período para agendamento de Entrevista Devolutiva	25/05/26	26/05/26
 Publicação do agendamento de Entrevista Devolutiva		28/05/26
 Entrevista Devolutiva	30/05/26	31/05/26
 Prazo Recursal: resultado da Avaliação da Aptidão Psicológica Vocacionada	01/06/26	02/06/26
 Publicação das respostas aos recursos do resultado da Avaliação da Aptidão Psicológica Vocacionada		10/06/26







Cronograma Prova de Títulos

Evento / Datas Prováveis	Início	Fim
 Convocação para a Prova de Títulos		14/04/26
 Prazo Recursal: convocação Prova de Títulos	15/04/26	16/04/26
 Publicação das respostas aos recursos: convocação Prova de Títulos		22/04/26
 Entrega de documentos exigidos: Prova de Títulos	23/04/26	04/05/26
 Publicação dos resultados da Prova de Títulos (preliminar)		01/06/26
 Prazo Recursal: resultado da prova de títulos	02/06/26	03/06/26
 Publicação das respostas aos recursos: resultados da Prova de Títulos		10/06/26






Cronograma Exame Toxicológico

Evento / Datas Prováveis	Início	Fim
 Convocação Exame Toxicológico		14/04/26
 Prazo Recursal: convocação Exame Toxicológico	15/04/26	16/04/26
 Publicação das respostas aos recursos: convocação Exame Toxicológico		22/04/26
 Exame Toxicológico	23/04/26	04/05/26
 Publicação do resultado (preliminar) do Exame Toxicológico		01/06/25
 Prazo Recursal: resultado do Exame Toxicológico	02/06/26	03/06/26
 Publicação das respostas aos recursos: resultado do Exame Toxicológico		10/06/26

Cronograma Investigação Social

Evento / Datas Prováveis	Início	Fim
 Convocação Investigação Social		14/04/26
 Prazo Recursal: convocação Investigação Social	15/04/26	16/04/26
 Publicação das respostas aos recursos: convocação Investigação Social		22/04/26
 Entrega de documentos exigidos: Investigação Social	23/04/26	04/05/26
 Publicação do resultado (preliminar) da Investigação Social		01/06/26
 Prazo Recursal: resultado da Investigação Social	02/06/26	03/06/26
 Publicação das respostas aos recursos: resultado da Investigação Social		10/06/26

Cronograma Resultado Final

Evento / Datas Prováveis	Início	Fim
 Publicação do resultado (preliminar) do Concurso Público		11/06/26
 Prazo Recursal: resultado (preliminar) do Concurso Público	12/06/26	15/06/26
 Publicação das respostas aos recursos: resultado (preliminar) do Concurso Público		19/06/26
 Publicação do resultado do Concurso Público		22/06/26
 Homologação do Concurso Público		ASD

ASD = A ser definido